

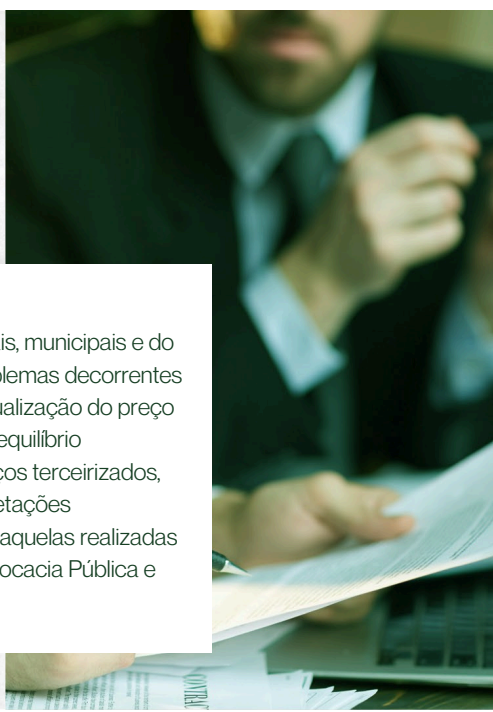
REVISÃO, REAJUSTE E REACTUAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

04, 05 e 06 junho de 2025
Carga horária: 24 Horas
Recife-PE



Objetivo do curso:

- Capacitar agentes públicos federais, estaduais, municipais e do Distrito Federal na solução de situações problemas decorrentes da interpretação da legislação referente à atualização do preço dos contratos públicos e da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em contratos de serviços terceirizados, apresentando os entendimentos e as interpretações relacionados às normas, com destaque para aquelas realizadas por órgãos de controle, Poder Judiciário, Advocacia Pública e Tribunal de Contas.



PROFESSORES



João Domingues

Auditor Federal de Finanças e Controle da Controladoria-Geral da União (CGU). Especialista em Orçamento Público pelo Instituto Serzedello Corrêa (ISC) e em Gestão Pública pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap). Atualização em Licitações e Contratos pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC/MG). Professor da Enap nas áreas de gestão e fiscalização de contratos, termo de referência e edital. Instrutor e conferencista em diversos eventos de contratação pública.



Rafael Sérgio de Oliveira

Autor e professor de renome nacional, Rafael Sérgio reúne em seu currículo experiência profissional e acadêmica na área de licitação e contrato, de modo que suas aulas contam sempre com uma aprofundada análise prática da matéria de contratação pública. Fundador do Portal L&C e Procurador Federal da AGU. Mestre em Direito e Pós-Graduado em Direito na Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+ na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. Professor e conferencista em diversos eventos nacionais de contratação pública. Coordenador e coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei no 14.133, de 1o de abril de 2021 (Fórum, 2023, 2a Edição).

Conteúdo Programático:

Módulo I – 12h:

- Da licitação à garantia da manutenção das condições efetivas da proposta - direito ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos públicos.
- Quem define/delimita o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos?
- A lei?
- As normas regulamentares?
- O instrumento convocatório?
- O contrato?
- A ata de registro de preço?
- O direito do contratante e do contratado?
- O desequilíbrio econômico-financeiro ordinário e extraordinário.
- Instrumentos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.
- Reajuste, reajuste em sentido estrito e repactuação, e
- Revisão.
- O desequilíbrio econômico-financeiro é hipótese de alteração contratual?
- Reajuste em sentido estrito.
- Casos de aplicação do reajuste em sentido estrito.
- Definição das regras de reajuste no instrumento convocatório e no contrato.
- Se o edital e o contrato forem omisso, o contratado faz jus ao reajuste?
- Critérios para fixação do valor a ser reajustado: índice e base de cálculo.
- Qual o índice adequado para reajustar contratos?
- Periodicidade do reajuste.
- É possível reajustar o contrato antes de 1 ano de sua assinatura do contrato?
- Efeitos financeiros do reajuste.
- Há necessidade de requerimento do contratado para a concessão do reajuste?
- A prorrogação (renovação) ou a extinção de contrato de serviço contínuo acarreta a preclusão do direito ao reajuste?
- Formalização do reajuste contratual.
- Repactuação.
- Natureza jurídica da repactuação.
- Casos de aplicação da repactuação.
- Definição das regras de repactuação no instrumento convocatório e no contrato.
- Se o edital e o contrato forem omisso, o contratado faz jus à repactuação?
- Critérios para fixação do valor a ser repactuado.
- Base de cálculo para a repactuação.
- Custos vinculados a atos normativos e atos da Administração.
- Direitos concedidos pelas normas coletivas do trabalho (ACT/OCT) no curso da execução contratual.

- Direitos concedidos exclusivamente aos empregados da contratada que prestam serviço junto à Administração Pública.
- É possível a adoção de índices na repactuação?
- É possível repactuar quando a planilha de custos não foi apresentada?
- É possível repactuar um item que, por equívoco da contratada, não constou da planilha de custos?
- Periodicidade da repactuação.
- O caso da antecipação da data-base da categoria.
- O caso dos valores fixados por atos normativos ou atos da Administração.
- É possível repactuar antes de 1 ano de assinatura do contrato.
- Efeitos financeiros da repactuação.
- Procedimento da repactuação.
- Requerimento do contratado.
- Prazo final para o requerimento da repactuação.
- Por que há preclusão lógica na repactuação?
- Formalização da repactuação.
- Revisão do valor contratado.
- Casos de revisão do valor contratado.
- Critérios para a revisão do valor contratado.
- Fato ou ato da Administração.
- Teoria da imprevisão e a área econômica extraordinária e extrínsecas.
- Alterações tributárias e encargos legais previstas no art. 134 da Lei no 14.133/2021.
- Indispensável a previsão de revisão no instrumento convocatório e no contrato?
- A apuração do valor decorrente da revisão.
- Há periodicidade mínima para a revisão?
- Efeitos financeiros da revisão.
- Procedimento para a revisão.
- É possível a concessão da revisão de ofício?
- A prorrogação (renovação) de contrato de serviço contínuo acarreta a preclusão do direito à revisão?
- Formalização da revisão.
- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar contratos já encerrados?
- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar atos de registro de preço?
- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar contratos decorrentes de contratação por dispensa emergencial?
- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar contratos decorrentes de contratação por dispensa de pequeno valor?

- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar contratos em razão de alteração de entendimento jurídico de órgão de controle ou da Advocacia Pública?
- É possível revisar, reajustar em sentido estrito ou repactuar contratos em razão de alteração da jurisprudência?
- **Módulo II – 12h:**
- Orientações primárias.
- Importância de reconhecer as funções de cada item da planilha de custos e a relação com o valor global da proposta.
- Aplicação dos instrumentos de repactuação, reajuste e revisão.
- Serviços prestados com dedicação exclusiva de mão de obra.
- Serviços prestados sem predominância de mão de obra.
- Importância de sanear as incorreções da planilha de custos.
- Salvar a planilha vencedora do certame.
- Identificar a CCT, ACT ou DCT utilizado na elaboração da proposta.
- Prazo para análise do pedido.
- Como analisar o pedido de repactuação.
- Lettura da CCT, ACT ou DCT.
- Identificar a data de vigência da CCT, ACT e DCT.
- Observância do princípio da anualidade.
- Marco legal do princípio da anualidade.
- Identificar os itens da planilha de custos sujeitos à alteração.
- Repactuação de piso salarial acima do previsto na CCT.
- Repactuação de piso salarial de categoria profissional sem vinculação à CCT e sem ACT.
- Realizar as alterações na planilha de custos aprovada no certame.
- Procedimentos para itens (reunome) não previstos na proposta vencedora.
- Como repactuar o valor do seguro de vida a partir do prêmio estabelecido pela CCT, ACT ou DCT.
- Identificar os efeitos financeiros da CCT, ACT e DCT.
- Comparar o valor obtido com o pedido da contratada.
- Procedimentos a serem adotados em caso de divergências entre a análise da administração e o pedido.
- Prazo para manifestação da empresa.
- Instrumento a ser utilizado no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Os impactos da repactuação contratual na conta vinculada.
- Impactos da preclusão da repactuação.
- Como analisar o pedido de reajuste.
- Observância do princípio da anualidade.
- Marco legal do princípio da anualidade.

- Identificar o percentual acumulado índice.
- Negociação de redução do índice acumulado.
- Itens sujeitos a aplicação de reajuste em função da forma de prestação de serviços.
- Regras para reajustar os valores dos equipamentos.
- Identificar os efeitos financeiros do reajuste contratual.
- Comparar o valor obtido com o pedido da contratada.
- Procedimentos a serem adotados em caso de divergências entre a análise da administração e o pedido.
- Prazo para manifestação da empresa.
- Instrumento a ser utilizado no equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- Impactos da preclusão do reajuste contratual.
- Principais "inconveniências" durante a execução contratual.
- Amortização do item férias.
- Mudança de regime tributário.
- Mudança de faixas de tributação.
- Empresa deixou de ser optante pelo regime de desoneração da folha de pagamento.
- Fim do regime de desoneração da folha de pagamentos.
- Alteração da forma de fornecimento de transporte do trabalhador.
- Apresentação de casos.
- CCT.
- Realização de oficinas.
- Apresentação e realização de exercícios em conjunto com a turma.
- Casos de aplicação de reajuste.
- Casos de aplicação de revisão.
- Casos de aplicação de repactuação.
- Principais reflexões.

Investimento:

R\$ 3.590,00

Telefone: [613546-4468](tel:6135464468)

Telefone/WhatsApp: [61995587977](tel:61995587977)

E-Mail: contato@licitacaoecontrato.com.br

Formas de Pagamentos e Dados Institucionais
A contratação e o pagamento serão realizados em nome de PORTAL L&C CURSOS E CAPACITAÇÃO LTDA, empresa inscrita no CNPJ/ME no 38.056.454/0001-57, com Inscrição Estadual no 0799631500190.
Os dados bancários são os seguintes:

BANCO: 104 (CAIXA ECONOMICA FEDERAL)
AG 0002-7
C.C 580865343-2

Apresentação de diversos casos e as respectivas soluções em excelentes oficinas!

Garanta sua vaga!

